



PREFEITURA MUNICIPAL DE
ANADIA
O futuro a gente faz agora!

LDO
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Exercício 2020



LEI MUNICIPAL Nº 682 de 20 de Agosto de 2019.

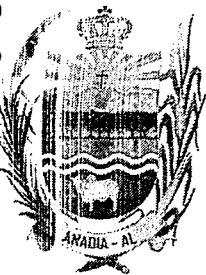
Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução do orçamento geral do Município de Anadia para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANADIA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Anadia, para o exercício de 2020, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, §2º da Constituição Federal, art. 127, Inciso II, da Lei Orgânica do Município e no art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF/2000, compreendendo:

- I- As prioridades e metas da administração municipal;
- II- A organização e a estrutura do orçamento;
- III- As diretrizes para elaboração dos orçamentos do município e suas alterações;
- IV- As diretrizes específicas do orçamento fiscal e da seguridade social;
- V- As disposições inerentes às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI- As disposições relativas à dívida pública municipal;
- VII- As disposições relativas às alterações na legislação tributária do município; e
- VIII- As disposições finais.



CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020, atendidas as despesas que constituem obrigações constitucionais e as despesas com o funcionamento dos órgãos que integram o Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, foram as estabelecidas na Lei do Plano Plurianual – PPA para o período de 2018-2021.

§1º A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das prioridades e metas mencionadas no *caput* do artigo, observando os seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I- Provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;
- II- Compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III- Despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;
- IV- Conservação e manutenção do patrimônio público.

§2º Poderá ser procedida a adequação das prioridades e metas de que trata o *caput* deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2020, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais.

§3º A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2020 deverão considerar as metas de resultado primário e nominal, estabelecidas nos Anexos de Metas Fiscais constante desta Lei e deverão estar compatíveis com o Plano Plurianual Municipal para o período de 2018 a 2021.

§4º Estão discriminados em anexos integrantes desta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Anadia, relativo ao exercício de 2020, deve assegurar os princípios de justiça, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, na seguinte conformidade:

I- O princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, bem como combater a exclusão social;

II- O princípio da participação da sociedade e de controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento por meio de instrumentos previstos na legislação;

III- O princípio da transparência implica, além da observância ao princípio constitucional da publicidade, a utilização de todos os meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e

IV- A elaboração da lei orçamentária deverá pautar-se pela transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas às suas diversas etapas.

§1º Para assegurar a transparência e ampla participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo disponibiliza acesso ao Portal da Transparência (<http://www.anadia.al.gov.br>) e promoverá audiência pública, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º A proposta orçamentária do município para 2020 será elaborada de acordo com as seguintes orientações gerais:

I- Participação da sociedade;

II- Responsabilidade na gestão fiscal;

III- Desenvolvimento econômico e social, visando à redução das desigualdades;

IV- Eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, em especial, nas ações e serviços de saúde, de educação, de transporte, moradia e assistência social;





- V- Ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo a participação da sociedade;
- VI- Articulação, cooperação e parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada;
- VII- Acesso e oportunidades iguais para toda a sociedade; e
- VIII- Preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e das manifestações culturais.

Seção I

Da Estrutura dos Orçamentos

Art. 5º - A receita municipal será constituída:

- I- Dos tributos de sua competência;
- II- Das transferências constitucionais;
- III- Das atividades econômicas que por conveniência o Município venha a executar;
- IV- Dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e instituições privadas nacionais e internacionais;
- V- Das oriundas de serviços executados pelo Município;
- VI- Das cobranças de dívida ativa;
- VII- Das alienações de bens;
- VII- Das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo; e
- IX- Outras rendas.

§1º A discriminação da receita será de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial n.163, de 4 de maio de 2001, da SOF/SEPLAN e alterações posteriores.

§2º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas aos respectivos orçamentos.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA



Art. 6º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível com suas respectivas dotações, especificando as modalidades de classificação, a saber:

I- Classificação Institucional:

- a) Poder;
- b) Órgão;
- c) Unidade Orçamentária.

II- Classificação Funcional:

- a) Função;
- b) Subfunção;
- c) Programa; e
- d) Projeto, Atividade, Ação ou Operação Especial.

Art. 7º Para os efeitos desta lei entende-se por:

I- Programa – o instrumento de organização da ação governamental, o qual visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados pelos indicadores estabelecidos no Plano Plurianual Municipal;

II- Projeto – o instrumento de programação, o qual visa alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resultam em um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, esta atrelado à codificação da ação;

III- Atividade – instrumento de programação que visa alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam em um produto necessário à manutenção das ações do governo, esta atrelada à codificação da ação;

IV- Ação – especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta física programada e sua finalidade;



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA



V- Operações especiais – são despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, estão atreladas à codificação da ação;

VI- Órgão orçamentário – o maior nível da classificação institucional cuja finalidade é agrupar unidades orçamentárias;

VII- Unidade orçamentária – o menor nível da classificação institucional;

VIII- Concedente – órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX- Conveniente – são as entidades da Administração Pública Municipal e as Entidades Privadas, as quais recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

Produto – bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

X- Meta física – quantidade estimada para o produto no exercício financeiro.

§1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e na respectiva Lei, bem como nos créditos adicionais, por programas, projetos, atividades ou operações especiais e respectivos subtítulos, com indicação, quando for o caso, do produto, da unidade de medida e da meta.

§2º A classificação da estrutura programática será composta por programas e ações, identificados por um código de oito dígitos, sendo quatro dígitos para o programa e quatro dígitos para a ação:

I- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação;

II- Cada ação será identificada por operação especial, projeto ou atividade e participará de apenas um programa, sendo classificada na função e subfunção respectiva.

§3º A classificação da estrutura programática para 2020 poderá sofrer alterações para a adequação ao Plano de Contas Único da Administração Pública Federal, regulamentado pela



Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

§4º A categoria de programação a que se refere este artigo corresponde a agrupamentos de funções e subfunções mediante a utilização dos códigos constantes do Anexo da Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e programas, mediante a utilização dos códigos constantes dos Anexos da Lei que autorizou o Plano Plurianual Municipal para o período abrangente desta Lei.

§5º Em conformidade com o art. 6º da Portaria 163 de 4 de maio de 2001, da SOF/SEPLAN, na Lei Orçamentária, a discriminação da despesa quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

§6º A natureza da despesa a que se referem os §§ 1º e 3º deste artigo correspondem a agregação de elementos de despesa, mediante a utilização dos códigos constantes dos Anexos das Portarias vigentes da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Orçamento Federal – SOF e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tratam da matéria.

§7º As fontes de recursos ou destinação de uso das receitas previstas constarão na Lei Orçamentária com código próprio que as identifiquem e serão demonstradas em relatórios que correlacionem a receita à sua destinação.

§8º No Projeto de Lei Orçamentária será atribuído a cada Projeto, Atividade e Operação Especial, um código numérico estabelecido pelo Sistema Orçamentário.

§9 As atividades sistêmicas com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

Seção II

Do Projeto da Lei Orçamentária Anual

Art. 8º O Projeto de Lei Orçamentária Anual, encaminhado ao Poder Legislativo no prazo estabelecido no art. 127, Inciso 3º, da Lei Orgânica, pelo Chefe do Poder Executivo será composto de:

I- Mensagem;

II- Texto da Lei;



- III- Evolução da receita e da despesa que trata o art. 22, inciso III, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964;
- IV- Consolidação da receita por sua natureza;
- V- Demonstrativo das despesas por poder e órgão, esfera orçamentária, fonte de recursos e grupos de despesas;
- VI- Demonstrativo das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social por órgão e função;
- VII- Resumo geral das despesas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente por fonte de recursos;
- VIII- Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino segundo meta definida no Plano Municipal de Educação e observando os limites mínimos constitucionais, detalhando fonte e valores por categoria de programação;
- IX- Programa de trabalho dos orçamentos fiscal e da seguridade social, por funções, subfunções, programas e agrupamentos de despesas;
- X- Demonstrativo dos projetos/atividades por órgão e unidade;
- XI- Demonstrativo da despesa por função;
- XII- Demonstrativo da despesa por subfunção;
- XIII- Demonstrativo da despesa por programa.

Seção III

Dos Prazos

Art. 9º Os órgãos que compõem o Poder Executivo remeterão à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, de forma descentralizada, suas respectivas propostas orçamentárias, elaboradas diretamente no Sistema Orçamentário, obedecendo às normas técnicas e legais pertencentes às áreas de orçamento, contabilidade, programação e administração financeira, até 01 de agosto de 2019, para fins de ajustamento e consolidação das mesmas, dentro do prazo legalmente estabelecido para o respectivo envio à Câmara Municipal.



Art. 10 A Câmara Municipal de Anadia encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária para 2020, para inserção no projeto de lei orçamentária, até dia 31 de agosto de 2019, observado o disposto no art. 35, parágrafo único da Lei Orgânica do Município.

Art. 11 Até 10 (dez) dias úteis após o envio da proposta orçamentária, o Poder Executivo encaminhará cópias integrais, em meio eletrônico ou digital, do referido projeto para a Câmara Municipal.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Diretrizes Gerais

Art. 12 Na elaboração do orçamento serão obedecidos os princípios da unidade, universalidade, anualidade, conforme o art. 2º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 13 O Poder Legislativo, na elaboração de sua proposta orçamentária, observará os limites de gastos previstos na Constituição Federal com as alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

Art. 14 A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas reguladas pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e por regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, regulamentada pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e suas atualizações.

Art. 15 A Lei Orçamentária Anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos regulados pela Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA



Art. 16 O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá computar na receita:

I- Operações de crédito autorizadas por lei específica, nos termos do § 2º do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados o disposto no § 2º do artigo 12 e no artigo 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do *caput* do artigo 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

II- Operações de crédito a serem autorizadas na própria lei orçamentária, observados o disposto no §2º do artigo 12 e no artigo 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do *caput* do artigo 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

III- Os efeitos de programas de alienação de bens imóveis e de incentivo ao pagamento de débitos inscritos na dívida ativa do Município.

Parágrafo único. - Nos casos dos incisos I e II do *caput* deste artigo, a Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativo especificando, por operação de crédito, as dotações de projetos e atividades a serem financiados por tais recursos.

Art. 17 No Projeto de Lei Orçamentária somente serão incluídos os fundos que tiverem sido instituídos e regulamentados até 31 de julho de 2019.

Art. 18 Na programação de investimentos da administração direta e indireta, serão observadas as seguintes normas:

I- Os projetos já iniciados terão preferência sobre os novos;

II- Não poderão ser programados e orçados novos projetos:

a) que implique em paralisação de projetos prioritários em execução;

b) que não tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira previamente comprovada através de análise submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Finanças;

III- Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro pode ser iniciado sem a prévia inclusão no Plano Plurianual Municipal – PPAM.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA



Art. 19 As receitas próprias dos órgãos, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, somente poderão ser programadas para cobrir despesas com investimentos, se atenderem prioritária e integralmente, suas necessidades de custeio administrativo e operacional, incluindo pessoal e encargos sociais, além do pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas, contrapartida de convênios e operações de crédito.

Parágrafo único: Terão prioridade no atendimento das despesas com investimento de que tratam o *caput* deste artigo, as contrapartidas de convênios.

Art. 20 Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I- Atividades e propagandas político-partidárias;
- II- Objetivos ou campanhas estranhas às atribuições legais do Poder Executivo;
- III- Obras de grande porte, sem comprovação da clara necessidade social, capaz de comprometer o equilíbrio das finanças municipais;
- IV- Pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública municipal por serviços de consultoria ou assistência técnica;
- V- Auxílios a entidades privadas com fins lucrativos;
- VI- Pagamento, auxílio ou subvenção, a qualquer título, a entidades instituídas, controladas ou que possua em seus quadros agentes políticos no exercício de mandato eletivo; e
- VII- Pagamento, auxílio ou subvenção, a qualquer título, a entidades com ou sem fins lucrativos ou empresas privadas, que tenham em seus quadros acionários ou diretivos, participação das autoridades do município abaixo listadas, bem como do cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau:
 - a) Do Prefeito;
 - b) Do Vice-prefeito;
 - c) De Vereador;
 - d) De Secretário;
 - e) Do Procurador Geral;
 - f) Do Controlador Interno; e



g) De dirigente de qualquer órgão da administração direta, indireta ou autárquica ou fundacional.

Art. 21 Somente poderão ser incluídas no projeto de lei orçamentária as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito, cuja realização já tenha sido autorizada pelo Legislativo Municipal, ou solicitadas ao Poder Legislativo até o dia 31 de agosto do corrente ano.

Art. 22 A Lei Orçamentária conterá dotação para Reserva de Contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal no valor de até dois por cento (2%) da Receita Corrente Líquida prevista para o orçamento de 2020, destinada ao atendimento de Passivos Contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e a cobertura de despesas com pessoal e encargos da dívida pública e casos de calamidade pública legalmente reconhecida, na forma do art. 167, §3º da Constituição Federal.

Art. 23 As programações a serem custeadas com recursos de operações de crédito ainda não formalizadas, deverão ser identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

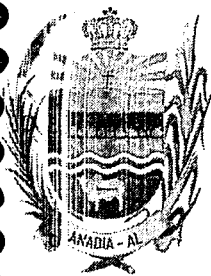
Art. 24 O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação no Projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada a votação na comissão técnica da parte cuja alteração é proposta.

Seção II

Dos Débitos Judiciais

Art. 25 As despesas com o pagamento de precatórios judiciais da administração direta e indireta correrão a conta de dotações consignadas no orçamento com esta finalidade, obedecendo ao que determina o art. 100 da Constituição Federal.

Art. 26 A Procuradoria Geral do Município encaminhará, à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento até 30 de julho do ano corrente, por meio eletrônico, na forma de banco de dados, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, a serem incluídos na proposta da Lei Orçamentária Anual para 2020, determinado pelo §1º do art. 100



da constituição Federal, de 1988, para dar cumprimento ao que dispõe o Decreto Nº. 7.103, de 30 de março de 2010 – Dispõe sobre a Instituição do Regime Especial de Pagamento de Precatórios, a que se refere o Art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, especificando:

- I- Número e data do ajuizamento da ação originária;
- II- Tipo e número do precatório;
- III- Tipo de causa julgada;
- IV- Nome do beneficiário;
- V- Data do trânsito em julgado da sentença;
- VI- Data da expedição do precatório;
- VII- Data de recebimento do precatório; e
- VIII- Valor do precatório atualizado.

Seção III

Das Vedações

Art. 27 Na fixação da despesa não constará:

- I- Despesa sem a respectiva fonte de recurso e a unidade orçamentária executora legalmente instituída;
- II- Projetos e atividades com finalidades comuns na mesma unidade orçamentária ou distinta; e
- III- Despesas a título de investimento – Regime de Execução Especial, exceto casos de calamidade pública, conforme o art.167 §3º, da Constituição Federal.

Art. 28 A Lei Orçamentária Anual não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§1º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§2º Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

Art. 29 No caso da ocorrência de despesa resultante da criação, expansão ou aperfeiçoamento das ações governamentais que demandam alterações orçamentárias, aplicam-se as disposições do Art.16 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único: Para fins do disposto no Art. 16 da Lei Complementar Federal nº. 101, de 4 de maio de 2000, são consideradas irrelevantes as despesas cujos valores não sejam superiores aos limites fixados para dispensa de licitação.

Seção IV

Das Transferências Voluntárias

Art. 30 É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de “auxílios” ou “subvenções sociais”, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação que preencham uma das seguintes condições:

I- Sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social ou Educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

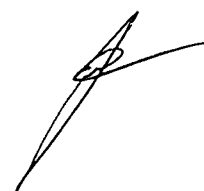
II- Sejam voltadas para as ações de Saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas pelas Santas Casas de Misericórdia e por outras entidades sem fins lucrativos, e que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

III- Sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

IV- Atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, art. 16 e seguintes da Lei 4.320/64, bem como ao disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993;

V- Sejam signatárias de contrato de gestão com a administração pública municipal;

VI- Sejam qualificadas como organizações sociais;





ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA



VII- Sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, com termo de parceria firmado como Poder Público, de acordo com a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; e

VIII- Sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o Município, desde que formalizada a requisição mediante apresentação do projeto onde esteja indicado o objeto, finalidades, forma de execução e planilha de custos devendo também ser de alguma forma evidenciada a participação do Governo Municipal no projeto e eventos.

Parágrafo único: Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS;
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal;
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal;
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
- g) Declaração de funcionamento regular pelo período mínimo de vinte e quatro meses;
- h) Plano de aplicação dos recursos solicitados;
- i) Balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios; e
- j) Registro junto ao conselho nacional de classe.

Art. 31 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, desporto amador, turismo e educação.

Parágrafo único: A transferência de recursos dependerá de parecer prévio e conjunto da Procuradoria Geral do Município e da Secretaria Municipal a qual o programa esta vinculado que analisará os casos individualmente para aprovação ou desaprovação da solicitação.



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
GABINETE DO PREFEITO
PROCURADORIA JURÍDICA



Art. 32 A transferência de recursos públicos, a título de subvenções econômicas, para cobrir necessidades de pessoas jurídicas com fins lucrativos deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a entidade que abranja atividades nas áreas de assistência social, saúde, desporto, turismo, educação ou cultura.

§1º A transferência de recursos dependerá de parecer prévio do ordenador de despesa, do Órgão Municipal a qual a entidade privada seja relacionada, de acordo com a atividade executada e da Procuradoria Geral do Município.

§2º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções econômicas, a entidade deverá apresentar:

- a) Certidão Negativa junto ao INSS;
- b) Certidão Negativa junto à Receita Federal;
- c) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Estadual;
- d) Certidão Negativa junto à Fazenda Pública Municipal;
- e) Certidão Negativa junto ao FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista;
- g) Declaração de funcionamento regular pelo período mínimo de vinte e quatro meses;
- h) Plano de aplicação dos recursos solicitados; e
- i) Balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios.

Art. 33 As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único: É vedada a transferência de recursos públicos à entidade privada que estejam com prestações de contas irregulares ou inadimplentes com o município de Anadia.

Seção V

Das alterações da Execução da Lei Orçamentária Anual

Art. 34 Após a publicação da Lei Orçamentária Anual e dos créditos adicionais, o detalhamento das dotações orçamentárias será efetuado diretamente no Sistema de Orçamento.

Parágrafo único - Os ajustes do detalhamento da despesa durante o exercício financeiro serão efetuados na forma prevista neste artigo, respeitados os limites financeiros dos grupos de despesa especificados em cada ação, assim como o comportamento da arrecadação da receita.

Art. 35 Quando a abertura de crédito especial implicar em alteração das ações constantes do quadro demonstrativo desta Lei e do Plano Plurianual – PPA 2018/2021, fica o Poder Executivo autorizado a fazer as adequações necessárias à execução, acompanhamento e avaliação da ação programada.

Art. 36 A Lei Orçamentária para 2020 conterà dispositivos autorizando e definindo limites para:

- I - Abertura de Créditos Adicionais, tipo suplementar;
- II- Contratação de operação de crédito interna; e
- III- Contratações de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.

Parágrafo único: A vedação de que trata o Art.167, V da Constituição Federal não impede a correção de eventuais distorções de planejamento, a inserção de elementos de despesa e fonte de recurso nos projetos, atividades e operações especiais, sendo facultado ao Poder executivo fazer uso dos instrumentos legais disponíveis necessários para a efetivação das referidas alterações na Lei Orçamentária 2020.

Art. 37 Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2019, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício de 2020, por Decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício corrente.

Art. 38 Os processos relativos à abertura de créditos adicionais serão encaminhados a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, acompanhados de:

I- Exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das ações desdobradas em operações especiais, projetos e atividades.

II- Indicação da fonte de recursos disponível para a suplementação, entendendo como fonte os recursos além dos recursos indicados no art. 43, § 1º da Lei nº 4.320/1964, destinados à

cobertura das respectivas despesas, considerar-se-ão os valores resultantes de convênios, contratos ou acordos similares celebrados ou reativados durante o exercício de 2019, bem como de seus saldos financeiros do ano anterior e não computados na receita prevista na Lei Orçamentária; e

III- Memória de cálculo em caso de excesso de arrecadação do exercício corrente, ou superávit financeiro do exercício anterior, separando recursos livres e vinculados.

§1º Para abertura de créditos adicionais, além dos recursos indicados no art. 43, §1º da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, destinados à cobertura das respectivas despesas, considerar-se-ão os valores resultantes de convênios, contratos ou acordos similares celebrados ou reativados durante o exercício de 2020, bem como de seus saldos financeiros do ano anterior e não computados na receita prevista na lei orçamentária.

§2º Na hipótese de excesso de arrecadação de Receita Tributária no exercício de 2019, desde que não comprometidos, serão aplicados apenas nas áreas da saúde, educação, assistência social e gastos com pessoal, exceto aquelas com destinação específica na Lei Orçamentária vigente.

Art. 39 Fica o Poder Executivo, de acordo com o disposto na Constituição Federal, art. 165, § 8º, e nos Arts. 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e alterações posteriores, autorizado a abrir na Lei Orçamentária de 2020, créditos suplementares, como segue:

I- Para atender aos reajustes e demais despesas de pessoal e encargos sociais, segundo as leis vigentes;

II- Por conta da Reserva de Contingência;

III- Para atender a despesas relativas a receitas provenientes de operações de crédito e outras receitas vinculadas, bem como a seus rendimentos financeiros que excedam a previsão orçamentária correspondente;

IV- Para atender a despesas do grupo outras despesas correntes, com características de pessoal e de caráter indenizatório, quais sejam:

- a) Entenda-se como despesas com característica de pessoal e de caráter indenizatório: diárias, PASEP, vale-transporte, estagiários e auxílio-funeral;



V- Para realocar dotações que corresponda a um mesmo programa, a um mesmo grupo de despesa e a uma mesma modalidade de aplicação;

VI- Para atender à contrapartida de projetos, que excedam a previsão orçamentária correspondente; e

VII- Para atender a serviços da dívida pública e precatórios judiciais.

Art. 40 O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 7º, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

§1º A transposição, a transferência ou o remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, adequação da classificação funcional ao novo órgão.

§2º Para efeitos das leis orçamentárias, entende-se por:

- a) Transposição – o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;
- b) Remanejamento – deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade;
- c) Transferência – deslocamento permitido de dotações de um mesmo programa de Governo.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 41 O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social compreenderão todos os fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedade de economia mista em que o Município direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 42 O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesa, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.

Parágrafo Único - Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I- Pessoal e encargos sociais - 1;

II- Juros e encargos da dívida - 2;

III- Outras despesas correntes - 3;

IV- Investimentos - 4;

V- Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5;

VI- Amortização da dívida - 6; e

VII- Reserva de contingência - 9.

Art. 43 Fica o Poder Executivo autorizado a classificar no elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, a despesa não empenhada no exercício correspondente, conforme a classificação da despesa.

Art. 44 A Lei Orçamentária Anual conterà a destinação de recursos, classificados pelo identificador de uso, grupo de destinação de recursos e fontes de recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas - TCE-AL.

Parágrafo Único - O Município poderá incluir na Lei Orçamentária Anual, outras fontes de recursos para atender as suas peculiaridades, além das determinadas pelo caput deste artigo.

CAPÍTULO V

AS DISPOSIÇÕES INERENTES AS DESPESAS COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 45 Na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, as despesas com pessoal ativo e encargos sociais observarão o limite estabelecido na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos, a adaptação e implementação nos planos de carreira e seus respectivos movimentos - sistema de mapeamento de competências, crescimento horizontal, crescimento vertical, transição, mudança de área de atuação e atividade, os programas de qualidade, produtividade e remuneração variável, mobilidade nos limites legais vigentes, a admissão de pessoal a qualquer título e a licença prêmio em pecúnia, pelos órgãos, autarquias, inclusive fundações instituídas pelo Município, observado o contido no inciso II, do art. 37, da Constituição Federal, de 1988, poderão ser levados a efeito para o exercício de 2020, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 2000, na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, e na legislação municipal vigente.

Art. 46 Observado o disposto no art. 48 desta lei, o Poder Legislativo poderá encaminhar projetos de lei e deliberar sobre projetos de resolução, conforme o caso, visando a:

- I - concessão e absorção de vantagens e aumento de remuneração de servidores Efetivos e Comissionados do Poder Legislativo;
- II - criação e extinção de cargos públicos do Poder Legislativo;
- III - criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras do Poder Legislativo;
- IV - provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente do Poder Legislativo;
- V - revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público por meio de políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público do Poder Legislativo;



§ 1º Fica dispensada do encaminhamento de projeto de lei a concessão de vantagens já previstas na legislação.

§ 2º A criação ou ampliação de cargos deverá ser precedida da demonstração do atendimento aos requisitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 47 Todas as despesas relativas à Dívida Pública Municipal constarão da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo Único - Para fixação das despesas com serviços da dívida, devem ser consideradas as operações de crédito contratadas e as autorizações concedidas até 31 de agosto de 2019.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 48 O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo Projeto de Lei propondo alterações na legislação tributária municipal.

Parágrafo único: A concessão ou ampliação de incentivos, de isenção ou benefícios de natureza tributária ou financeira, deverá obedecer ao disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 88 do ADCT – Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 49 As alterações nas políticas de isenção, incentivo fiscal ou de outros benefícios serão objeto de apreciação legislativa, e visará:

- I- Promover a justiça e a isonomia fiscal;
- II- Reconhecer uma reduzida capacidade contributiva;
- III- Promover a redistribuição da renda; e



IV- Incentivar o desenvolvimento de segmentos econômicos do município.

Art. 50 Ocorrendo alterações na legislação tributária, em consequência de Projeto de Lei encaminhado à Câmara Municipal, após 30 de setembro de 2019, e que impliquem em acréscimo relativo à estimativa da receita constante do Projeto de Lei Orçamentária para 2020, os recursos correspondentes servirão para abertura de créditos adicionais.

§1º As alterações na legislação tributária terão os seguintes objetivos:

- I- Combater a sonegação, a elisão e a evasão fiscal;
- II- Combater as iniciativas de favorecimento fiscal;
- III- Incorporar o uso de tecnologias modernas da informação como instrumento fiscal;
- IV- Adequar às bases de cálculo do tributo a real capacidade contributiva e a promoção da justiça fiscal, dentro dos princípios da extra fiscalidade;
- V- Simplificar o cumprimento das obrigações tributárias por parte dos contribuintes; e
- VI- Adequar a legislação municipal à legislação complementar federal.

§ 2º A troca das fontes de recursos condicionadas, constantes da Lei Orçamentária de 2020, pelas respectivas fontes definitivas, cujas alterações na legislação foram aprovadas, será efetuada até trinta dias após a publicação das referidas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 51 Em cumprimento ao disposto no *caput* e na alínea “e” do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a alocação dos recursos na lei orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 52 Os Restos a Pagar não processados terão vigência de um ano a partir de sua inscrição, exceto se:

- I- Vierem a ser liquidados nesse período, em conformidade com o disposto no art. 63 da Lei Nº 4.320, de 1964;



II- Referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, por meio do qual já tenha sido transferida a primeira parcela de recursos, ressalvado o caso de rescisão; ou

III- Referirem-se a convênio, ou instrumento congênere, cuja efetivação depende de licença ambiental ou do cumprimento de requisito de ordem técnica estabelecido pela concedente.

§1º Durante a execução dos Restos a Pagar não serão admitidas alterações nos valores anteriormente inscritos.

§2º Fica vedada no exercício de 2020 a execução de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores a 2018 que não tenham sido liquidados até 31 de dezembro de 2019, ressalvado o disposto no inciso II do *caput*.

§3º A Controladoria Geral do Município, como órgão de controle interno, verificará o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 53 O valor máximo de despesas consideradas irrelevantes para fim de criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental fica limitado a 1% (um por cento) das receitas correntes. (Art. 16, § 1º, da LRF).

Art. 54 No caso do cumprimento das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas na presente Lei vierem a ser comprometido por uma insuficiente realização de Receita, os Poderes Legislativo e Executivo deverão promover redução nas suas despesas, nos termos do artigo 9º da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, fixando por atos próprios, limitações ao empenhamento da despesa e movimentação.

Parágrafo único Com o objetivo de dar suporte às medidas preconizadas no *caput*, o alcance das metas fiscais ali referidas deverá ser monitorado bimestralmente pelos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 55 Na hipótese da necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, será feita estabelecendo-se percentuais específicos para o conjunto de Projetos e Atividades, buscando-se preservar os gastos com Pessoal, Encargos Sociais e Dívida Pública.

§ 1º Na hipótese da ocorrência no disposto no *caput* deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante a tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.



§ 2º O Chefe de cada Poder, com base na comunicação que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão, dos respectivos Poderes, terá como limite.

§ 3º Na hipótese do não atendimento da prescrição do parágrafo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a limitar repasses financeiros necessários ao cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, conforme determina o §3º do art. 9º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 56 Em cumprimento ao disposto no caput e na alínea “e” do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal Nº 101, de 2000, a alocação dos recursos na lei orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 57 O Poder Executivo fica autorizado a firmar convênios, acordos e ajustes favoráveis ao Município e necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual, com órgãos e entidades da administração de todas as esferas de governo, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira para satisfazer as obrigações de contrapartida da execução dos mesmos.

Art. 58 Se o projeto de Lei Orçamentária Anual, não for sancionado/promulgado até o 31 de dezembro de 2019, a programação constante do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020, encaminhado pelo Poder Executivo, poderá ser executado em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação do ato.

§1º Fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento fazer publicar a programação financeira mensal, compatível com o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Poder Legislativo, na razão 1/12 (um doze avos) dos valores consignados às dotações orçamentárias.

§2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às despesas com pessoal e encargos sociais, educação, saúde e assistência social, bem como as despesas da dívida pública municipal, podendo os gastos serem realizados em sua totalidade.

Art. 59 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovação e suficiente disponibilidade orçamentária.

Parágrafo único A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 60 No prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual – a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento divulgará o Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD para o exercício de 2020, por unidade orçamentária, especificando para cada categoria de programação, a natureza de despesa por categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

§1º As alterações decorrentes da abertura ou reabertura de créditos adicionais serão integradas ao Quadro de Detalhamento de Despesas por Decreto do Chefe do Executivo Municipal;

§2º As dotações destinadas a Pessoal e Encargos Sociais, Dívida Pública, Sentenças Judiciais, Emenda Cidadã não poderão ser remanejados para atender despesas de Investimentos ou manutenção da máquina administrativa.


Art. 61 O Poder Executivo deverá elaborar e publicar a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, especificado por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, visando ao cumprimento da meta de resultado primário, estabelecida nesta lei.

Art. 62 Fica a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, autorizada a estabelecer normas complementares ao processo de elaboração e execução orçamentária.

Art. 63 Para fins desta Lei fica estabelecida a observância à integridade do equilíbrio orçamentário e financeiro compatibilizados entre receitas e despesas previamente estimadas.

Art. 64 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anadia - Alagoas, em 20 de agosto de 2019.



José Celino Ribeiro de Lima
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE DURAÇÃO CONTINUADA

OBJETIVO: SUBSIDIAR A TRANSPARÊNCIA E A RESPONSABILIDADE NO GOVERNO MUNICIPAL

PÚBLICO-ALVO: A POPULAÇÃO

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	16.376.943,99	17.032.021,24	33.408.965,23

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	907.400,81	0,00	0,00	907.400,81
			2021	1,00	943.696,33	0,00	0,00	943.696,33
			TOTAL	2,00	1.851.097,14	0,00	0,00	1.851.097,14
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	156.000,00	0,00	0,00	156.000,00
			2021	1,00	162.240,00	0,00	0,00	162.240,00
			TOTAL	2,00	318.240,00	0,00	0,00	318.240,00
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE INFORMATIZAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	83.200,00	83.200,00
			2021	1,00	0,00	0,00	86.528,00	86.528,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	169.728,00	169.728,00
CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CALÇAMENTO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	10.400,00	0,00	1.039.999,99	1.050.399,99
			2021	1,00	10.816,00	0,00	1.081.599,99	1.092.415,99
			TOTAL	2,00	21.216,00	0,00	2.121.599,98	2.142.815,98
CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	62.400,00	0,00	0,00	62.400,00
			2021	1,00	64.896,00	0,00	0,00	64.896,00
			TOTAL	2,00	127.296,00	0,00	0,00	127.296,00
GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVA DO CONISUL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	42.587,98	0,00	0,00	42.587,98
			2021	1,00	44.291,50	0,00	0,00	44.291,50
			TOTAL	2,00	86.879,48	0,00	0,00	86.879,48
MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. AGRIC. COM. SERV. DESENV. SOCIO ECÔNOMICO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	1.552.311,15	0,00	0,00	1.552.311,15
			2021	1,00	1.614.403,60	0,00	0,00	1.614.403,60
			TOTAL	2,00	3.166.714,75	0,00	0,00	3.166.714,75

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE ADM. E PLANEJAMENTO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	3.824.351,44	0,00	0,00	3.824.351,44
			2021	1,00	3.977.325,50	0,00	0,00	3.977.325,50
			TOTAL	2,00	7.801.676,94	0,00	0,00	7.801.676,94
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	1.691.906,31	0,00	0,00	1.691.906,31
			2021	1,00	1.759.582,56	0,00	0,00	1.759.582,56
			TOTAL	2,00	3.451.488,87	0,00	0,00	3.451.488,87
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE VIAÇÃO, SERV. URB. E OBRAS PUBLICAS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	4.046.151,36	0,00	0,00	4.046.151,36
			2021	1,00	4.207.997,41	0,00	0,00	4.207.997,41
			TOTAL	2,00	8.254.148,77	0,00	0,00	8.254.148,77
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	1.525.227,13	0,00	0,00	1.525.227,13
			2021	1,00	1.586.236,22	0,00	0,00	1.586.236,22
			TOTAL	2,00	3.111.463,35	0,00	0,00	3.111.463,35
MANUTENÇÃO DE REDE VIÁRIA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	126.082,12	0,00	0,00	126.082,12
			2021	1,00	131.125,40	0,00	0,00	131.125,40
			TOTAL	2,00	257.207,52	0,00	0,00	257.207,52
MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	1.209.938,50	0,00	0,00	1.209.938,50
			2021	1,00	1.258.336,04	0,00	0,00	1.258.336,04
			TOTAL	2,00	2.468.274,54	0,00	0,00	2.468.274,54
PROCURADORIA E DEFENS. PUB. E ORGAOS VINC.	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	98.987,20	0,00	0,00	98.987,20
			2021	1,00	102.946,69	0,00	0,00	102.946,69
			TOTAL	2,00	201.933,89	0,00	0,00	201.933,89

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: AMBIENTE SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: PROMOVER A PROTEÇÃO E A RECUPERAÇÃO DO MEIO FÍSICO E O USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE, VALORIZANDO SUA IMPORTÂNCIA SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICO.

PÚBLICO-ALVO: A POPULAÇÃO

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	672.657,44	699.563,74	1.372.221,18

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
AÇÕES DE DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROÇÃO FLUVIAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	65.208,00	0,00	0,00	65.208,00
			2021	1,00	67.816,32	0,00	0,00	67.816,32
			TOTAL	2,00	133.024,32	0,00	0,00	133.024,32
CONST. DE CISTERNAS, POÇOS ARTESANAIS, AÇUDES E BARRAGENS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	208.000,00	0,00	0,00	208.000,00
			2021	1,00	216.320,00	0,00	0,00	216.320,00
			TOTAL	2,00	424.320,00	0,00	0,00	424.320,00
CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	208.000,00	0,00	0,00	208.000,00
			2021	1,00	216.320,00	0,00	0,00	216.320,00
			TOTAL	2,00	424.320,00	0,00	0,00	424.320,00
GESTÃO AMBIENTAL URBANA - RESÍDUOS SÓLIDOS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	191.449,44	0,00	0,00	191.449,44
			2021	1,00	199.107,42	0,00	0,00	199.107,42
			TOTAL	2,00	390.556,86	0,00	0,00	390.556,86

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA

OBJETIVO: OBJETIVO 3

PÚBLICO-ALVO: PUBLICO 3

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	41.600,00	43.264,00	84.864,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA CASA DA CULTURA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	41.600,00	0,00	0,00	41.600,00
			2021	1,00	43.264,00	0,00	0,00	43.264,00
			TOTAL	2,00	84.864,00	0,00	0,00	84.864,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

OBJETIVO: OBJETIVO 4

PÚBLICO-ALVO: PUBLICO 4

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	618.286,07	643.017,51	1.261.303,58

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	66.907,36	0,00	0,00	66.907,36
			2021	1,00	69.583,65	0,00	0,00	69.583,65
			TOTAL	2,00	136.491,01	0,00	0,00	136.491,01
AMPLIAÇÃO DA INFRA ESTRUTURA VIARIA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00
			2021	1,00	270.400,00	0,00	0,00	270.400,00
			TOTAL	2,00	530.400,00	0,00	0,00	530.400,00
INCENTIVO A PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	51.138,71	0,00	0,00	51.138,71
			2021	1,00	53.184,26	0,00	0,00	53.184,26
			TOTAL	2,00	104.322,97	0,00	0,00	104.322,97
REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DO MERCADO PÚBLICO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	240.240,00	0,00	0,00	240.240,00
			2021	1,00	249.849,60	0,00	0,00	249.849,60
			TOTAL	2,00	490.089,60	0,00	0,00	490.089,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: HUMANIZAÇÃO DA CIDADE

OBJETIVO: OBJETIVO 5

PÚBLICO-ALVO: PUBLICO 5

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	3.982.035,35	4.141.316,76	8.123.352,11

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	543.365,05	0,00	0,00	543.365,05
			2021	1,00	565.099,65	0,00	0,00	565.099,65
			TOTAL	2,00	1.108.464,70	0,00	0,00	1.108.464,70
AQUISIÇÃO DE IMÓVEL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	312.000,00	0,00	0,00	312.000,00
			2021	1,00	324.480,00	0,00	0,00	324.480,00
			TOTAL	2,00	636.480,00	0,00	0,00	636.480,00
CONSTR. E/OU RECUP. DE PRAÇAS, PARQUES E/OU JARDINS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	208.000,00	0,00	416.000,00	624.000,00
			2021	1,00	216.320,00	0,00	432.640,00	648.960,00
			TOTAL	2,00	424.320,00	0,00	848.640,00	1.272.960,00
CONSTRUÇÃO DO CENTRO VOCACIONAL TECNOLÓGICO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	108.160,00	0,00	0,00	108.160,00
			2021	1,00	112.486,40	0,00	0,00	112.486,40
			TOTAL	2,00	220.646,40	0,00	0,00	220.646,40
CONSTRUÇÃO E/OU MELHORIA DE HABITAÇÕES	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	8.308,77	0,00	726.876,80	735.185,57
			2021	1,00	8.641,12	0,00	755.951,87	764.592,99
			TOTAL	2,00	16.949,89	0,00	1.482.828,67	1.499.778,56
CONTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUAS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	156.000,00	0,00	0,00	156.000,00
			2021	1,00	162.240,00	0,00	0,00	162.240,00
			TOTAL	2,00	318.240,00	0,00	0,00	318.240,00
DRENAGEM, PAVIM. ASFALT. PARALELEP. E MEIO FIO VIAS URBAN. E RURAIS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	11.440,00	0,00	1.143.999,99	1.155.439,99
			2021	1,00	11.897,60	0,00	1.189.759,99	1.201.657,59
			TOTAL	2,00	23.337,60	0,00	2.333.759,98	2.357.097,58

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	347.884,74	0,00	0,00	347.884,74
			2021	1,00	361.800,13	0,00	0,00	361.800,13
			TOTAL	2,00	709.684,87	0,00	0,00	709.684,87

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

OBJETIVO: ATENDER ALUNOS DA REDE PÚBLICA COM ENSINO, ALIMENTAÇÃO, TRANSPORTE E LAZER.

PÚBLICO-ALVO: ALUNOS E A POPULAÇÃO

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	22.986.791,61	23.906.263,27	46.893.054,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
APOIO AO DESPORTO AMADOR	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	117.520,00	0,00	0,00	117.520,00
			2021	1,00	122.220,80	0,00	0,00	122.220,80
			TOTAL	2,00	239.740,80	0,00	0,00	239.740,80
APOIO AS ATIVIDADES CÍVICAS E CULTURAIS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	418.163,20	0,00	0,00	418.163,20
			2021	1,00	434.889,73	0,00	0,00	434.889,73
			TOTAL	2,00	853.052,93	0,00	0,00	853.052,93
AQUISIÇÃO DE UNIDADES MÓVEIS DA EDUCAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	166.400,00	0,00	0,00	166.400,00
			2021	1,00	173.056,00	0,00	0,00	173.056,00
			TOTAL	2,00	339.456,00	0,00	0,00	339.456,00
BRASIL CARINHOSO - APOIO A CRECHES TD	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	151.424,00	151.424,00
			2021	1,00	0,00	0,00	157.480,96	157.480,96
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	308.904,96	308.904,96
CONSTRUÇÃO AMP. E/OU REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	4.263.999,98	4.263.999,98
			2021	1,00	0,00	0,00	4.434.559,98	4.434.559,98
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	8.698.559,96	8.698.559,96
CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE BIBLIOTECAS ESCOLARES	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	129.792,00	129.792,00
			2021	1,00	0,00	0,00	134.983,68	134.983,68
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	264.775,68	264.775,68
CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DO CAMPO DE FUTEBOL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	3.120,00	0,00	312.000,00	315.120,00
			2021	1,00	3.244,80	0,00	324.480,00	327.724,80
			TOTAL	2,00	6.364,80	0,00	636.480,00	642.844,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
INFRAESTRUTURA ESCOLAR - EQUIP. PROINFANCIA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	169.540,80	169.540,80
			2021	1,00	0,00	0,00	176.322,43	176.322,43
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	345.863,23	345.863,23
INFRAESTRUTURA ESCOLAR - PROINFANCIA MOBIL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	47.245,37	47.245,37
			2021	1,00	0,00	0,00	49.135,18	49.135,18
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	96.380,55	96.380,55
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO ESPECIAL 40%	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	154.544,00	154.544,00
			2021	1,00	0,00	0,00	160.725,76	160.725,76
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	315.269,76	315.269,76
MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - 60%	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	95.680,00	95.680,00
			2021	1,00	0,00	0,00	99.507,20	99.507,20
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	195.187,20	195.187,20
MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE - EJA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	18.304,00	18.304,00
			2021	1,00	0,00	0,00	19.036,16	19.036,16
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	37.340,16	37.340,16
MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE - ENSINO FUNDAMENTAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	219.787,77	219.787,77
			2021	1,00	0,00	0,00	228.579,28	228.579,28
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	448.367,05	448.367,05
MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE - MAIS EDUCAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	54.080,00	54.080,00
			2021	1,00	0,00	0,00	56.243,20	56.243,20
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	110.323,20	110.323,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEC - CRECHE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	23.816,00	23.816,00
			2021	1,00	0,00	0,00	24.768,64	24.768,64
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	48.584,64	48.584,64
MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAP - PRE ESCOLA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	69.680,00	69.680,00
			2021	1,00	0,00	0,00	72.467,20	72.467,20
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	142.147,20	142.147,20
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE EDUC. CULT. ESPOR. E LAZER	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	2.075.632,00	208.000,00	0,00	2.283.632,00
			2021	1,00	2.158.657,28	216.320,00	0,00	2.374.977,28
			TOTAL	2,00	4.234.289,28	424.320,00	0,00	4.658.609,28
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE APOIO FUNDEB 40%	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	4.440.799,99	4.440.799,99
			2021	1,00	0,00	0,00	4.618.431,99	4.618.431,99
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	9.059.231,98	9.059.231,98
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	872.560,00	872.560,00
			2021	1,00	0,00	0,00	907.462,40	907.462,40
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	1.780.022,40	1.780.022,40
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO MAGISTÉRIO FUNDEB 60%	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	5.940.479,97	5.940.479,97
			2021	1,00	0,00	0,00	6.178.099,17	6.178.099,17
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	12.118.579,14	12.118.579,14
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PDDE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	28.080,00	28.080,00
			2021	1,00	0,00	0,00	29.203,20	29.203,20
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	57.283,20	57.283,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO - PBA	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	28.849,60	28.849,60
			2021	1,00	0,00	0,00	30.003,58	30.003,58
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	58.853,18	58.853,18
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE - INFANTIL	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	8.050,67	8.050,67
			2021	1,00	0,00	0,00	8.372,70	8.372,70
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	16.423,37	16.423,37
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE FUNDAMENTAL	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	132.080,00	132.080,00
			2021	1,00	0,00	0,00	137.363,20	137.363,20
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	269.443,20	269.443,20
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA BIBLIOTECA MUNICIPAL	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	35.547,87	0,00	0,00	35.547,87
			2021	1,00	36.969,78	0,00	0,00	36.969,78
			TOTAL	2,00	72.517,65	0,00	0,00	72.517,65
MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	24.336,00	0,00	0,00	24.336,00
			2021	1,00	25.309,44	0,00	0,00	25.309,44
			TOTAL	2,00	49.645,44	0,00	0,00	49.645,44
MANUTENÇÃO DO FUNDEB - APOIO JOVENS E ADULTOS 40%	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	112.840,00	112.840,00
			2021	1,00	0,00	0,00	117.353,60	117.353,60
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	230.193,60	230.193,60
MANUTENÇÃO DO FUNDEB - MAGISTERIO DO ENS. ESPECIAL 60%	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	81.120,00	81.120,00
			2021	1,00	0,00	0,00	84.364,80	84.364,80
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	165.484,80	165.484,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
MANUTENÇÃO DO FUNDEB - MAGISTERIO ENSINO INFANTIL 60%	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	1.537.119,99	1.537.119,99
			2021	1,00	0,00	0,00	1.598.604,79	1.598.604,79
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	3.135.724,78	3.135.724,78
MANUTENÇÃO DO TELECENTRO DIGITAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	29.952,00	0,00	0,00	29.952,00
			2021	1,00	31.150,08	0,00	0,00	31.150,08
			TOTAL	2,00	61.102,08	0,00	0,00	61.102,08
MANUTENÇÃO DOS CONVENIOS JUNTO AO FNDE - PT/ PAR	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	374.566,40	374.566,40
			2021	1,00	0,00	0,00	389.549,06	389.549,06
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	764.115,46	764.115,46
PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	378.560,00	378.560,00
			2021	1,00	0,00	0,00	393.702,40	393.702,40
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	772.262,40	772.262,40
QUOTA DO SALARIO EDUCAÇÃO - QSE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	263.120,00	263.120,00
			2021	1,00	0,00	0,00	273.644,80	273.644,80
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	536.764,80	536.764,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: SAÚDE DE QUALIDADE PARA TODOS

OBJETIVO: FORTALECER A ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE COM GARANTIA

PÚBLICO-ALVO: A POPULAÇÃO

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	15.648.298,59	16.274.230,52	31.922.529,11

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
AQUISIÇÃO DE AMBUL. E UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	260.000,00	260.000,00
			2021	1,00	0,00	0,00	270.400,00	270.400,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	530.400,00	530.400,00
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES UBS E HOSPITAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	6.489,60	0,00	648.960,00	655.449,60
			2021	1,00	6.749,18	0,00	674.918,40	681.667,58
			TOTAL	2,00	13.238,78	0,00	1.323.878,40	1.337.117,18
BLOCO DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA - ASSIT. FARMAC. BASICA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	124.800,00	124.800,00
			2021	1,00	0,00	0,00	129.792,00	129.792,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	254.592,00	254.592,00
BLOCO DE ATENÇ. DE MAC. AMBUL. E HOSPIT. - CAPS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	391.976,00	391.976,00
			2021	1,00	0,00	0,00	407.655,04	407.655,04
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	799.631,04	799.631,04
BLOCO DE ATENÇÃO BASICA - AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	682.240,00	682.240,00
			2021	1,00	0,00	0,00	709.529,60	709.529,60
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	1.391.769,60	1.391.769,60
BLOCO DE ATENÇÃO BASICA - PAB FIXO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	520.661,61	520.661,61
			2021	1,00	0,00	0,00	541.488,07	541.488,07
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	1.062.149,68	1.062.149,68
BLOCO DE ATENÇÃO BASICA - PMAQ	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	295.776,00	295.776,00
			2021	1,00	0,00	0,00	307.607,04	307.607,04
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	603.383,04	603.383,04

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE BUCAL	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	236.945,28	236.945,28
			2021	1,00	0,00	0,00	246.423,09	246.423,09
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	483.368,37	483.368,37
BLOCO DE ATENÇÃO BÁSICA - SAÚDE DA FAMÍLIA	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	1.122.160,00	1.122.160,00
			2021	1,00	0,00	0,00	1.167.046,40	1.167.046,40
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	2.289.206,40	2.289.206,40
BLOCO DE GESTÃO DO SUS - QUALIF. DA GESTÃO DO SUS	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	50.643,03	50.643,03
			2021	1,00	0,00	0,00	52.668,75	52.668,75
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	103.311,78	103.311,78
BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PFVISA	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	14.560,00	14.560,00
			2021	1,00	0,00	0,00	15.142,40	15.142,40
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	29.702,40	29.702,40
BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - PFVS	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	123.032,00	123.032,00
			2021	1,00	0,00	0,00	127.953,28	127.953,28
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	250.985,28	250.985,28
CONST. REFORMA E/OU MELHORIA DE UNID HABIT. P/COMBATE A DOENÇAS	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	208.000,00	208.000,00
			2021	1,00	0,00	0,00	216.320,00	216.320,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	424.320,00	424.320,00
CONSTR. MELHORIA EM REDES DE ABASTEC. D'ÁGUA E SAN. BÁSICO	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	12.480,00	0,00	1.039.999,99	1.052.479,99
			2021	1,00	12.979,20	0,00	1.081.599,99	1.094.579,19
			TOTAL	2,00	25.459,20	0,00	2.121.599,98	2.147.059,18

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE REABILITAÇÃO FÍSICA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	208.000,00	208.000,00
			2021	1,00	0,00	0,00	216.320,00	216.320,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	424.320,00	424.320,00
CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO NUTRICIONAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	135.200,00	135.200,00
			2021	1,00	0,00	0,00	140.608,00	140.608,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	275.808,00	275.808,00
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO (CTA)	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	108.160,00	108.160,00
			2021	1,00	0,00	0,00	112.486,40	112.486,40
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	220.646,40	220.646,40
CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE UNIDADE DE SAÚDE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	1.297.919,99	1.297.919,99
			2021	1,00	0,00	0,00	1.349.836,79	1.349.836,79
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	2.647.756,78	2.647.756,78
CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CAPS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	187.200,00	187.200,00
			2021	1,00	0,00	0,00	194.688,00	194.688,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	381.888,00	381.888,00
CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE ACADEMIAS DE SAÚDE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	2.080,00	0,00	208.000,00	210.080,00
			2021	1,00	2.163,20	0,00	216.320,00	218.483,20
			TOTAL	2,00	4.243,20	0,00	424.320,00	428.563,20
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	1.597.232,00	0,00	0,00	1.597.232,00
			2021	1,00	1.661.121,28	0,00	0,00	1.661.121,28
			TOTAL	2,00	3.258.353,28	0,00	0,00	3.258.353,28

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	16.159,10	0,00	0,00	16.159,10
			2021	1,00	16.805,46	0,00	0,00	16.805,46
			TOTAL	2,00	32.964,56	0,00	0,00	32.964,56
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO RECURSO - SESAU	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	313.040,00	0,00	313.040,00
			2021	1,00	0,00	325.561,60	0,00	325.561,60
			TOTAL	2,00	0,00	638.601,60	0,00	638.601,60
MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	3.732.351,99	0,00	0,00	3.732.351,99
			2021	1,00	3.881.646,07	0,00	0,00	3.881.646,07
			TOTAL	2,00	7.613.998,06	0,00	0,00	7.613.998,06
MELHORIAS SANITÁRIAS E ESGOTAMENTOS EM CASAS POPULARES	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	208.000,00	208.000,00
			2021	1,00	0,00	0,00	216.320,00	216.320,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	424.320,00	424.320,00
NASF/AB - NÚCLEO AMPLIADO DE SAÚDE DA FAMÍLIA E ATENÇÃO BÁSICA	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	270.400,00	270.400,00
			2021	1,00	0,00	0,00	281.216,00	281.216,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	551.616,00	551.616,00
REFORMA E/OU AMP. DA UNIDADE MISTA (SENADOR RUI PALMEIRA)	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	208.000,00	0,00	0,00	208.000,00
			2021	1,00	216.320,00	0,00	0,00	216.320,00
			TOTAL	2,00	424.320,00	0,00	0,00	424.320,00
TETO FINANCEIRO - MAC HOSPITALAR E AMBULATORIAL	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	1.307.592,00	1.307.592,00
			2021	1,00	0,00	0,00	1.359.895,68	1.359.895,68
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	2.667.487,68	2.667.487,68

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
TETO MUNICIPAL - REDE BRASIL SEM MISERIA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	110.240,00	110.240,00
			2021	1,00	0,00	0,00	114.649,60	114.649,60
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	224.889,60	224.889,60

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: ESPORTE E LAZER PARA TODOS

OBJETIVO: OBJETIVO 9

PÚBLICO-ALVO: PUBLICO 9

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	646.880,00	672.755,20	1.319.635,20

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
APOIO A ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA ANADIENSE	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	104.000,00	0,00	0,00	104.000,00
			2021	1,00	108.160,00	0,00	0,00	108.160,00
			TOTAL	2,00	212.160,00	0,00	0,00	212.160,00
CONSTRUÇÃO DE PARQUES INFANTIS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	122.720,00	122.720,00
			2021	1,00	0,00	0,00	127.628,80	127.628,80
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	250.348,80	250.348,80
CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	4.160,00	0,00	416.000,00	420.160,00
			2021	1,00	4.326,40	0,00	432.640,00	436.966,40
			TOTAL	2,00	8.486,40	0,00	848.640,00	857.126,40

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: CIDADANIA, DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS

OBJETIVO: OBJETIVO 10

PÚBLICO-ALVO: PUBLICO 10

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	5.477.995,97	5.697.115,80	11.175.111,77

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
BLOCO DA GESTÃO DO PFB E DO CADASTRO ÚNICO - IBG/BF	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	91.250,75	91.250,75
			2021	1,00	0,00	0,00	94.900,78	94.900,78
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	186.151,53	186.151,53
BLOCO DA GESTÃO DO SUAS - IGD/SUAS	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	21.632,00	21.632,00
			2021	1,00	0,00	0,00	22.497,28	22.497,28
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	44.129,28	44.129,28
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PSB	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	45.552,00	338.624,00	384.176,00
			2021	1,00	0,00	47.374,08	352.168,96	399.543,04
			TOTAL	2,00	0,00	92.926,08	690.792,96	783.719,04
BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL - MÉDIA COMPLEXIDADE	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	101.603,51	101.603,51
			2021	1,00	0,00	0,00	105.667,65	105.667,65
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	207.271,16	207.271,16
CONST. REF. E/OU AMPL DE PREDIOS PUBLICOS E OBRAS	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	208.000,00	0,00	0,00	208.000,00
			2021	1,00	216.320,00	0,00	0,00	216.320,00
			TOTAL	2,00	424.320,00	0,00	0,00	424.320,00
CONST. REF. E/OU AMPL. DE PONTES, PONTILHOES E BUEIROS	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	129.792,00	0,00	0,00	129.792,00
			2021	1,00	134.983,68	0,00	0,00	134.983,68
			TOTAL	2,00	264.775,68	0,00	0,00	264.775,68
CONSTR. REFORMA E/OU AMPL DE CEMITERIO	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	43.264,00	0,00	0,00	43.264,00
			2021	1,00	44.994,56	0,00	0,00	44.994,56
			TOTAL	2,00	88.258,56	0,00	0,00	88.258,56

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
CONSTR. REFORMA E/OU MELH. EM UNIDADES HABITACIONAIS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	4.680,00	0,00	468.000,00	472.680,00
			2021	1,00	4.867,20	0,00	486.720,00	491.587,20
			TOTAL	2,00	9.547,20	0,00	954.720,00	964.267,20
CONSTRUÇÃO DE RESTAURANTE POPULAR	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	104.000,00	104.000,00
			2021	1,00	0,00	0,00	108.160,00	108.160,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	212.160,00	212.160,00
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	3.120,00	0,00	312.000,00	315.120,00
			2021	1,00	3.244,80	0,00	324.480,00	327.724,80
			TOTAL	2,00	6.364,80	0,00	636.480,00	642.844,80
CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE CRECHES	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	436.800,00	436.800,00
			2021	1,00	0,00	0,00	454.272,00	454.272,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	891.072,00	891.072,00
LIMPEZA PUBLICA	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	158.834,32	0,00	0,00	158.834,32
			2021	1,00	165.187,69	0,00	0,00	165.187,69
			TOTAL	2,00	324.022,01	0,00	0,00	324.022,01
MANUT. DAS AÇÕES DO CONS. TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESC.	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	135.356,00	0,00	0,00	135.356,00
			2021	1,00	140.770,24	0,00	0,00	140.770,24
			TOTAL	2,00	276.126,24	0,00	0,00	276.126,24
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE ASSIST. SOCIAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	1.056.473,60	0,00	0,00	1.056.473,60
			2021	1,00	1.098.732,54	0,00	0,00	1.098.732,54
			TOTAL	2,00	2.155.206,14	0,00	0,00	2.155.206,14

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO DA ASSIST. SOCIAL	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	33.607,47	0,00	0,00	33.607,47
			2021	1,00	34.951,77	0,00	0,00	34.951,77
			TOTAL	2,00	68.559,24	0,00	0,00	68.559,24
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO PROTEÇÃO AO IDOSO	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	15.325,19	0,00	0,00	15.325,19
			2021	1,00	15.938,20	0,00	0,00	15.938,20
			TOTAL	2,00	31.263,39	0,00	0,00	31.263,39
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	145.537,60	145.537,60
			2021	1,00	0,00	0,00	151.359,10	151.359,10
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	296.896,70	296.896,70
MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	254.741,76	0,00	0,00	254.741,76
			2021	1,00	264.931,43	0,00	0,00	264.931,43
			TOTAL	2,00	519.673,19	0,00	0,00	519.673,19
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIAIS	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	1.351.999,99	0,00	0,00	1.351.999,99
			2021	1,00	1.406.079,99	0,00	0,00	1.406.079,99
			TOTAL	2,00	2.758.079,98	0,00	0,00	2.758.079,98
PROGRAMA DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC	PROJETO/ATIVIDADE DE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	17.801,78	17.801,78
			2021	1,00	0,00	0,00	18.513,85	18.513,85
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	36.315,63	36.315,63

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA

OBJETIVO: MANTER A CONDIÇÃO DAS ÁREAS NÃO AFETADAS E ERRADICAR A FEBRE AFTOSA DAS DEMAS ÁREAS.

PÚBLICO-ALVO: PRODUTORES E A POPULAÇÃO

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	1.250.734,74	1.300.764,13	2.551.498,87

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	20.800,00	0,00	0,00	20.800,00
			2021	1,00	21.632,00	0,00	0,00	21.632,00
			TOTAL	2,00	42.432,00	0,00	0,00	42.432,00
AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS E VEICULOS DE PATRULHA	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	0,00	0,00	332.800,00	332.800,00
			2021	1,00	0,00	0,00	346.112,00	346.112,00
			TOTAL	2,00	0,00	0,00	678.912,00	678.912,00
DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	31.200,00	0,00	0,00	31.200,00
			2021	1,00	32.448,00	0,00	0,00	32.448,00
			TOTAL	2,00	63.648,00	0,00	0,00	63.648,00
MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. DE MEIO AMBIENTE	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	865.934,74	0,00	0,00	865.934,74
			2021	1,00	900.572,13	0,00	0,00	900.572,13
			TOTAL	2,00	1.766.506,87	0,00	0,00	1.766.506,87

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Conf. Art. 4º da Lei Complementar nº. 101/2000.

PROGRAMA: RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: ASSEGURA NA AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA DO MUNICIPIO

PÚBLICO-ALVO: POPULAÇÃO

Dados Financeiros em R\$ médio/2020

	2020	2021	TOTAL
R\$	858.415,99	892.752,63	1.751.168,62


PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

RELAÇÃO DAS AÇÕES

Descrição da Ação	Produto	Unidade de Medida	Anos	Meta Física	Financeiro Recursos/Próprios	Financeiro Recursos/Estado	Financeiro Recursos/União	Total dos Recursos
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	PROJETO/ATIVIDADE	UNIDADE	2020	1,00	858.415,99	0,00	0,00	858.415,99
			2021	1,00	892.752,63	0,00	0,00	892.752,63
			TOTAL	2,00	1.751.168,62	0,00	0,00	1.751.168,62

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I

TOTAL DOS PROGRAMAS	R\$	2020	2021	TOTAL
		68.560.639,75	71.303.064,80	139.863.704,55



JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS I - RECEITAS

2020

ESPECIFICAÇÃO		2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES				
Receita Tributária	2.762.090,00	2.872.573,06	2.994.657,98	2.994.657,98
Impostos	2.526.531,79	2.627.592,52	2.739.265,77	2.739.265,77
Taxas	235.558,21	244.980,54	255.392,21	255.392,21
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	409.185,86	425.553,29	443.639,31	443.639,31
Transferências Correntes	22.231.435,56	23.120.692,98	24.103.322,43	24.103.322,43
Transferências Intergovernamentais	22.231.435,56	23.120.692,98	24.103.322,43	24.103.322,43
Transferências da União	22.231.435,56	23.120.692,98	24.103.322,43	24.103.322,43
Cota-Parte do FPM	15.225.821,18	15.834.854,03	16.507.835,32	16.507.835,32
Transferências de Recursos do SUS - FMS	7.005.614,38	7.285.838,96	7.595.487,11	7.595.487,11
Outras Receitas Correntes	22.894.512,96	23.810.293,48	24.822.230,95	24.822.230,95
Multa e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Dívida Ativa Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	22.894.512,96	23.810.293,48	24.822.230,95	24.822.230,95
RECEITAS DE CAPITAL	20.263.415,37	21.073.951,98	21.969.594,94	21.969.594,94
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	20.263.415,37	21.073.951,98	21.969.594,94	21.969.594,94
TOTAL	68.560.639,75	71.903.064,80	74.333.445,61	74.333.445,61

FONTE:

JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2020

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	1.895.608,83	—
2018	1.481.209,73	(27,98) %
2019	2.985.243,07	50,38 %
2020	3.104.652,74	3,85 %
2021	3.228.838,31	4,00 %
2022	3.366.064,50	4,25 %

Contribuições

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

Receita Patrimonial

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	486.365,85	—
2018	265.797,06	(82,98) %
2019	393.447,95	32,44 %
2020	409.185,86	3,85 %
2021	425.553,29	4,00 %
2022	443.639,31	4,25 %

Receita Agropecuária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2020

Receita Industrial

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

Receita de Serviços

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

Transferências Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	55.838.021,61	—
2018	42.052.406,26	(32,78) %
2019	47.225.949,85	10,95 %
2020	49.114.987,57	3,85 %
2021	51.079.587,07	4,00 %
2022	53.250.469,52	4,25 %

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	21.386,19	—
2018	436,00	(4.805,09) %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2020

Operações de Crédito

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIÇÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

Alienação de Bens

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIÇÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

Amortização de Empréstimos

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIÇÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

Transferências de Capital

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIÇÃO %
2017	2.149.588,61	—
2018	5.018.251,42	57,16 %
2019	19.484.053,36	74,24 %
2020	20.263.415,37	3,85 %
2021	21.073.951,98	4,00 %
2022	21.969.594,94	4,25 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2020

Receitas Correntes - Intra-orçamentária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

Receitas de Capital - Intra-orçamentária

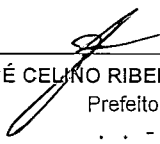
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	0,00	0,00 %
2020	0,00	0,00 %
2021	0,00	0,00 %
2022	0,00	0,00 %

DEDUÇÕES DA RECEITA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	(3.831.025,50)	—
2018	(4.193.154,82)	8,64 %
2019	(4.165.001,75)	(0,68) %
2020	(4.331.601,79)	3,85 %
2021	(4.504.865,86)	4,00 %
2022	(4.696.322,66)	4,25 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
I.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS FONTES DE RECEITA
2020

FONTE:

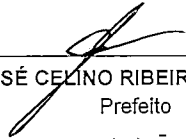


JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS II - DESPESAS
2020

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	R\$		
	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (I)	47.438.808,55	49.336.360,35	51.433.156,23
Pessoal e Encargos Sociais	28.930.196,19	30.087.403,50	31.366.118,71
Juros e Encargos da Dívida	75.401,04	78.417,08	81.749,81
Outras Despesas Correntes	18.433.211,32	19.170.539,77	19.985.287,71
DESPESAS DE CAPITAL (II)	20.263.415,21	21.073.951,82	21.969.594,77
Investimentos	19.431.415,44	20.208.672,06	21.067.540,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização Financeira	831.999,77	865.279,76	902.054,15
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (III)	858.415,99	892.752,63	930.694,62
TOTAL (IV) = (I + II + III)	68.560.639,75	71.303.064,80	74.333.445,62

FONTE:



 JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2020

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACAO %
2017	0,00	—
2018	28.624.658,39	100,00 %
2019	27.817.496,43	(2,90) %
2020	28.930.196,19	3,85 %
2021	30.087.403,50	4,00 %
2022	31.366.118,71	4,25 %

JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACAO %
2017	0,00	—
2018	6.703,72	100,00 %
2019	72.501,00	90,75 %
2020	75.401,04	3,85 %
2021	78.417,08	4,00 %
2022	81.749,81	4,25 %

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACAO %
2017	0,00	—
2018	10.092.636,77	100,00 %
2019	17.724.241,69	43,06 %
2020	18.433.211,32	3,85 %
2021	19.170.539,77	4,00 %
2022	19.985.287,71	4,25 %

INVESTIMENTOS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACAO %
2017	0,00	—
2018	6.642.930,63	100,00 %
2019	18.684.053,36	64,45 %
2020	19.431.415,44	3,85 %
2021	20.208.672,06	4,00 %
2022	21.067.540,62	4,25 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
II.a - METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS PRINCIPAIS DESPESAS
2020

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	0,00	—
2018	1.203.866,92	100,00 %
2019	800.000,00	(50,48) %
2020	831.999,77	3,85 %
2021	865.279,76	4,00 %
2022	902.054,15	4,25 %

RESERVA DE CONTINGENCIA E RESERVA DO RPPS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$	VARIACÃO %
2017	0,00	—
2018	0,00	0,00 %
2019	825.400,00	100,00 %
2020	858.415,99	3,85 %
2021	892.752,63	4,00 %
2022	930.694,62	4,25 %

FONTE:



JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
 2020

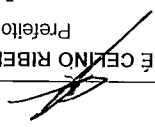
ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	54.410.356,98	39.606.694,23	46.439.639,12	48.297.224,38	50.229.112,82	52.363.850,67
Receita Tributária	1.895.608,83	1.481.209,73	2.985.243,07	3.104.652,74	3.228.838,31	3.366.064,50
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	486.365,85	265.797,06	393.447,95	409.185,86	425.563,29	443.639,31
Aplicações Financeiras (II)	486.365,85	265.797,06	393.447,95	268.460,35	279.198,76	291.064,71
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	140.725,51	146.364,53	152.574,60
Transferências Correntes	52.006.996,11	37.859.251,44	43.060.948,10	44.783.385,78	46.574.721,21	48.554.146,86
Demais Receitas Correntes	21.386,19	436,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	53.923.991,13	39.340.897,17	46.046.191,17	48.028.764,03	49.949.914,05	52.072.785,96
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	2.149.588,61	5.018.251,42	19.484.053,36	20.263.415,37	21.073.951,98	21.969.594,94
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	2.149.588,61	5.018.251,42	19.484.053,36	20.263.415,37	21.073.951,98	21.969.594,94
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.149.588,61	5.018.251,42	19.484.053,36	20.263.415,37	21.073.951,98	21.969.594,94
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX) = (III + VIII)	56.073.579,74	44.359.148,59	65.530.244,53	68.292.179,40	71.023.866,04	74.042.380,91

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (X)	38.723.998,88	45.614.239,12	47.438.808,55	49.336.360,35	51.433.156,28	51.433.156,28
Pessoal e Encargos Sociais	28.624.658,39	27.817.496,43	28.930.196,19	30.087.403,50	31.366.118,71	31.366.118,71
Juros e Encargos da Dívida (XI)	6.703,72	72.501,00	75.401,04	78.417,08	81.749,81	81.749,81
Outras Despesas Correntes	10.092.636,77	17.724.241,69	18.433.211,32	19.170.539,77	19.985.287,71	19.985.287,71
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	38.717.295,16	45.541.738,12	47.363.407,51	49.257.943,27	51.351.406,42	51.351.406,42
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	7.846.797,55	19.484.053,36	20.263.415,21	21.073.951,82	21.969.594,77	21.969.594,77
Investimentos	6.642.930,63	18.684.053,36	19.431.415,44	20.208.672,06	21.067.540,62	21.067.540,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.203.866,92	800.000,00	831.999,77	865.279,76	902.054,15	902.054,15
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	6.642.930,63	18.684.053,36	19.431.415,44	20.208.672,06	21.067.540,62	21.067.540,62
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	825.400,00	858.415,99	892.752,63	930.694,62
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	45.360.225,79	65.051.191,48	67.653.238,94	70.359.367,96	73.349.641,66	73.349.641,66

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS III - Resultado Primário
 2020

RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	56.073.579,74	-1.001.077,20	479.053,05	638.940,46	664.498,08	692.739,25
--------------------------------	---------------	---------------	------------	------------	------------	------------

FONTE:


 JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS IV - Resultado Nominal
2020

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	8.238.492,86	11.683.294,36	11.800.127,30	11.918.128,57	12.037.309,86	12.157.682,96
DEDUÇÕES (II)	8.367.073,32	10.345.688,26	10.449.145,14	10.553.636,59	10.659.172,96	10.765.764,69
Ativo Disponível	11.307.768,29	12.324.704,07	12.447.951,11	12.572.430,62	12.698.154,93	12.825.136,48
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	2.940.694,97	1.979.015,81	1.998.805,97	2.018.794,03	2.038.981,97	2.059.371,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(128.580,46)	1.337.606,10	1.350.982,16	1.364.491,98	1.378.136,90	1.391.918,27
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	4.154.058,78	4.645.583,50	4.692.039,34	4.738.959,73	4.786.349,33	4.834.212,82
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV + V)	4.025.478,32	5.983.189,50	6.043.021,50	6.103.451,71	6.164.486,23	6.226.131,09
RESULTADO NOMINAL	4.025.478,32	1.957.711,28	59.831,90	60.430,21	61.034,52	61.644,86
	(b - a')	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)

Fonte:

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao exercício de 2017.
Nota: O cálculo das Metas Anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN.

JOSE CELINO RIBEIRO DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULOS DAS METAS ANUAIS V - Motante da Dívida Pública
 2020

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	9.036.445,88	8.238.492,86	11.683.294,36	11.800.127,30	11.918.128,57	12.037.309,86	12.157.682,96
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	9.036.445,88	8.238.492,86	11.683.294,36	11.800.127,30	11.918.128,57	12.037.309,86	12.157.682,96
DEDUÇÕES (II)	1.301.594,61	8.367.073,32	10.345.688,26	10.449.145,14	10.553.636,59	10.659.172,96	10.765.764,69
Ativo Disponível	2.709.725,65	11.307.768,29	12.324.704,07	12.447.951,11	12.572.430,62	12.698.154,93	12.825.136,48
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	1.408.131,04	2.940.694,97	1.979.015,81	1.998.805,97	2.018.794,03	2.038.981,97	2.059.371,79
DCL (III) = (I-II)	7.733.851,27	-128.580,46	1.337.606,10	1.350.982,16	1.364.491,98	1.378.136,90	1.391.918,27

FONTE:

 JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2020

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2020		2021		2022	
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	Valor Corrente (b)	Valor Constante	Valor Corrente (c)	Valor Constante
Receita Total	68.560.639,75	65.923.692,07	71.303.064,80	65.765.601,18	74.333.445,62	65.765.601,68
Receitas Primárias (I)	68.292.179,40	65.665.557,12	71.023.866,04	65.508.085,26	74.042.380,91	65.508.085,76
Despesa Total	68.560.639,75	65.923.692,07	71.303.064,80	65.765.601,18	74.333.445,62	65.765.601,68
Despesas Primárias (II)	67.653.238,94	65.051.191,29	70.359.367,96	64.895.192,73	73.349.641,66	64.895.193,23
Resultado Primário (III) = (II - I)	638.940,46	614.365,83	664.498,08	612.892,53	692.739,25	612.892,53
Resultado Nominal	60.430,21	58.105,97	61.034,52	56.294,52	61.644,86	54.539,53
Divida Pública Consolidada	11.918.128,57	11.459.739,01	12.037.309,86	11.102.480,96	12.157.682,96	10.756.360,45
Divida Consolidada Líquida	1.364.491,98	1.312.011,52	1.378.136,90	1.271.109,48	1.391.918,27	1.231.482,57
% PIB	(a/PIB) x 100	(b/PIB) x 100	(c/PIB) x 100			

Fonte:

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	0,00 %	0,00 %
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	0,00 %	0,00 %
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	0,00	0,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,00 %	4,25 %
Projeção do PIB do Estado - R\$	0,00	0,00

JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 2020

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO / CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	11.769.472,56	-9,25	12.969.499,00	139,78	5.408.800,60	0,00
TOTAL	11.769.472,56	-9,25	12.969.499,00	139,78	5.408.800,60	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
PATRIMÔNIO / CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ACUMULADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:



 JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (d)	2016
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS REALIZADAS	2018 (b)	2017 (e)	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	(
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	(
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:



 JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2020

AMF – Tabela 6 (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")


RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2016	2017	2018
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
2020

Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

FONTE:



JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
Prefeito


PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea a)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
-----------	------------------------------------	------------------------------------	--	--

FONTE:



JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
 2020

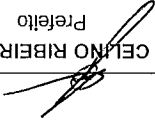
AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

COMPENSAÇÃO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	MODALIDADE	TRIBUTO	TOTAL
	2022	2021	2020				
—	0,00	0,00	0,00				

R\$ 1,00

FONTE:

JOSE CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito




PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2020
Aumento Permanente da Receita	2.636.947,27
(-) Transferências Constitucionais	1.285.473,80
(-) Transferências ao FUNDEB	504.563,92
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	846.909,55
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I - II)	846.909,55
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	846.909,55

FONTE:



JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
Prefeito

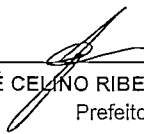
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANADIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$ 1,00

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Queda de arrecadação do FPM por fatores decorrentes de medidas pontuais adotadas pelo Governo Federal	2.000.000,00	Adequação da despesa pela redução e limitação de gastos observando as atividades essenciais	2.000.000,00
Frustração de arrecadação de tributos municipais	50.000,00	Adequação da despesa pela redução e limitação de gastos observando as atividades essenciais	50.000,00
Epidemias	100.000,00	Adequação da despesa pela redução e limitação de gastos observando as atividades essenciais	100.000,00
TOTAL	2.150.000,00	TOTAL	2.150.000,00

FONTE:



 JOSÉ CELINO RIBEIRO DE LIMA
 Prefeito